



1. (Enem)

Texto I

Documentos do século XVI algumas vezes se referem aos habitantes indígenas como “os brasis”, ou “gente Brasília”, e, ocasionalmente no século XVII, o termo “brasileiro” era a eles aplicado, mas as referências ao status econômico e jurídico desses eram muito mais populares. Assim, os termos “negro da terra” e “índios” eram utilizados com mais frequência do que qualquer outro.

SCHWARTZ, S. B. Gente da terra braziliense da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).

Texto II

Índio é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o outro, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

Ao comparar os textos, as formas de designação dos grupos nativos pelos europeus, durante o período analisado, são reveladoras da

- concepção idealizada do território, entendido como geograficamente indiferenciado.
- percepção corrente de uma ancestralidade comum às populações ameríndias.
- compreensão etnocêntrica acerca das populações dos territórios conquistados.
- transposição direta das categorias originadas no imaginário medieval.
- visão utópica configurada a partir de fantasias de riqueza.

2. (Enem-Libras)

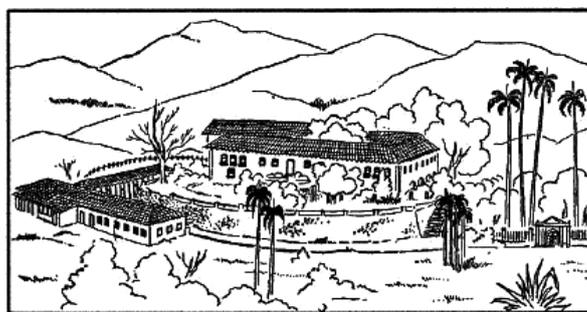
Getúlio libertou o povo, e são 8 horas de trabalho e só. Não tinha que trabalhar dia e noite mais não. Getúlio é que fez as leis. A princesa Isabel assinou a libertação, mas quem nos libertou do jugo da escravidão, do chicote, do tronco, foi Getúlio, Getúlio Dorneles Vargas. Papai falava assim: “Meu filho. Nunca houve no mundo governo igual a esse, meu filho”.

Relato de Cornélio Cancino, 82 anos, descendente de ex-escravos, Juiz de Fora (MG), 9 maio 1995. In: MATTOS, H.; RIOS, A. L. (Org.). *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Adaptado.

A construção da memória apresentada no texto remete ao seguinte aspecto da referida experiência política:

- Fortalecimento da ideologia oficial, limitada à dimensão da escola.
- Legitimação de coligações partidárias, vinculadas à utilização do rádio.
- Estabelecimento de direitos sociais, associados à propaganda do Estado.
- Enaltecimento do sentimento pátrio, ligado à consolidação da democracia.
- Desenvolvimento de serviços públicos, submetidos à direção dos coronéis.

3. (Enem-PPL)



FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

O desenho retrata a fazenda de São Joaquim da Gramma com a casa-grande, a senzala e outros edifícios representativos de uma estrutura arquitetônica característica do período escravocrata no Brasil. Esta organização do espaço representa uma

- estratégia econômica e espacial para manter os escravos próximos do plantio.
- tática preventiva para evitar roubos e agressões por escravos fugidos.
- forma de organização social que fomentou o patriarcalismo e a miscigenação.
- maneira de evitar o contato direto entre os escravos e seus senhores.
- particularidade das fazendas de café das regiões Sul e Sudeste do país.

4. (Enem-Libras)

Todos os anos, multidões de portugueses e de estrangeiros saem nas frotas para ir às minas. Das cidades, vilas, plantações e do interior do Brasil vêm brancos, mestiços e negros juntamente com muitos ameríndios contratados pelos paulistas. A mistura é de pessoas de todos os tipos e condições; homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; fidalgos e povo; leigos, clérigos e religiosos de diferentes ordens, muitos dos quais não têm casa nem convento no Brasil.

BOXER, C. *O império marítimo português: 1435-1825*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

A qual aspecto da vida no Brasil Colonial o autor se refere?

- A) À imposição de um credo exclusivo.
- B) À alteração dos fluxos populacionais.
- C) À fragilização do poder da Metrópole.
- D) Ao desregramento da ordem social.
- E) Ao antilusitanismo das camadas populares.

5. (Enem-PPL)

É hoje a nossa festa nacional. O Brasil inteiro, da capital do Império a mais remota e insignificante de suas aldeolas, congrega-se unânime para comemorar o dia que o tirou dentre as nações dependentes para colocá-lo entre as nações soberanas, e entregou-lhe os seus destinos, que até então haviam ficado a cargo de um povo estranho.

Gazeta de Notícias, 7 set. 1883.

As festividades em torno da Independência do Brasil marcam o nosso calendário desde os anos imediatamente posteriores ao 7 de setembro de 1822. Essa comemoração está diretamente relacionada com

- A) a construção e manutenção de símbolos para a formação de uma identidade nacional.
- B) o domínio da elite brasileira sobre os principais cargos políticos, que se efetivou logo após 1882.
- C) os interesses de senhores de terras que, após a Independência, exigiram a abolição da escravidão.
- D) o apoio popular às medidas tomadas pelo governo imperial para a expulsão de estrangeiros do país.
- E) a consciência da população sobre os seus direitos adquiridos posteriormente à transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

6. (Enem-PPL)

Uns viam na abdicação uma verdadeira revolução, sonhando com um governo de conteúdo republicano; outros exigiam o respeito à Constituição, esperando alcançar, assim, a consolidação da Monarquia. Para alguns, somente uma Monarquia centralizada seria capaz de preservar a integridade territorial do Brasil; outros permaneciam ardorosos defensores de uma organização federativa, à semelhança da jovem República norte-americana. Havia aqueles que imaginavam que somente um Poder Executivo forte seria capaz de garantir e preservar a ordem vigente; assim como havia os que eram favoráveis à atribuição de amplas prerrogativas à Câmara dos Deputados, por entenderem que somente ali estariam representados os interesses das diversas províncias e regiões do Império.

MATTOS, I. R.; GONÇALVES, M. A. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro.* São Paulo: Atual, 1991. Adaptado.

O cenário descrito revela a seguinte característica política do período regencial:

- A) Instalação do regime parlamentar.
- B) Realização de consultas populares.
- C) Indefinição das bases institucionais.
- D) Limitação das instâncias legislativas.
- E) Radicalização das disputas eleitorais.

7. (Enem PPL 2019)

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) reuniu historiadores, romancistas, poetas, administradores públicos e políticos em torno da investigação a respeito do caráter brasileiro. Em certo sentido, a estrutura dessa instituição, pelo menos como projeto, reproduzia o modelo centralizador imperial. Assim, enquanto na Corte localizava-se a sede, nas províncias deveria haver os respectivos institutos regionais. Estes, por sua vez, enviariam documentos e relatos regionais para a capital.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. *Uma breve história do Brasil.* São Paulo: Planeta do Brasil, 2010. Adaptado.

De acordo com o texto, durante o reinado de D. Pedro II, o referido instituto objetivava

- A) construir uma narrativa de nação.
- B) debater as desigualdades sociais.
- C) combater as injustiças coloniais.
- D) defender a retórica do abolicionismo.
- E) evidenciar uma diversidade étnica.

8. (Enem-PPL)

Art. 1º – O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º – São também causas bastantes para a expulsão:

- 1ª) a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum;
- 2ª) duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum;
- 3ª) a vagabundagem, a mendicância e o lenocínio competentemente verificados.

BRASIL. Lei 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 29 ago. 2012. Adaptado.

No início do século XX, na transição do trabalho escravo para o livre, os objetivos da legislação citada eram

- A) disciplinar o trabalhador e evitar sua participação em movimentos políticos contrários ao governo.
- B) estabelecer as condições para a vinda dos imigrantes e definir as regiões que seriam ocupadas.
- C) demonstrar preocupação com as condições de trabalho e favorecer a organização sindical.
- D) criar condições políticas para a imigração e isolar os imigrantes socialmente indesejáveis.
- E) estimular o trabalho urbano e disciplinar as famílias estrangeiras nas fábricas.

9. (Enem – 2ª aplicação)

Os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os “cinquenta anos em cinco” da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população.

FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado. 2002.

O Governo Juscelino Kubitschek era criticado como “entreguista”, por alguns de seus opositores, devido à sua política de desenvolvimento ser marcada pelo(a)

- A) diminuto incentivo à agricultura, pois cerca de 60% da população residia na zona rural.
- B) decisão de construção de Brasília e a consequente transferência da capital federal.
- C) redução planejada e gradativa da importação de veículos e de matérias-primas para as indústrias.
- D) incentivo à entrada do capital estrangeiro no país, principalmente para a indústria automotiva.
- E) escassez de investimentos em educação e alimentação, áreas para as quais destinou poucos recursos.

10. (Enem 2ª aplicação)

Texto I

A anistia pode ser considerada muito mais uma concessão do que uma conquista ou, mais precisamente, uma manobra política com duas finalidades: reduzir a pressão advinda de setores organizados contra o regime; e produzir defesas substantivas às possíveis revisões do passado com o término previsto do autoritarismo.

SOARES, S. A.; PRADO, L. B. B. *O processo político da anistia e os espaços de autonomia militar*. In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. A. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. Adaptado.

Texto II

A anistia foi uma conquista. Não foi dádiva, foi luta. Não tem que rever.

Entrevista com Therezinha de Godoy Zerbini.
Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>.
Acesso em: 1 ago. 2012. Fragmento.

A Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional em 28 de agosto de 1979, tem sido debatida pela sociedade brasileira. Nos textos, as posições assumidas revelam

- A) retomada da ditadura militar em nome da unidade nacional.
- B) valorização dos movimentos ligados à luta armada a partir da abertura dos arquivos.
- C) relativização dos direitos humanos com base na experiência ditatorial brasileira.
- D) reescrita da história do terrorismo esquerdista para compreender o passado.
- E) reflexão crítica sobre o passado em função de mudanças no cenário político.

COMENTÁRIO

1. Ao desprezarem a diversidade cultural indígena, os europeus que chegaram ao continente americano demonstram seu etnocentrismo, que se manifesta tanto na linguagem que utilizam, quanto nas atitudes que tomam nesses novos territórios.

Resposta: C

2. [Resposta do ponto de vista da disciplina de Sociologia]
O relato presente no enunciado da questão faz referência à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), legislação que protege os direitos sociais dos trabalhadores. Considerar Getúlio Vargas como grande governante deu-se sobretudo pela forte propaganda estatal que era feita no período do seu governo, fazendo com que sua imagem fosse associada à preocupação e defesa dos mais pobres.

[Resposta do ponto de vista da disciplina de História]
O relato descreve muito bem a política de governo de Vargas conhecida como trabalhismo. Através dela, Vargas procurava formar um trabalhador produtivo e ordeiro, que apoiava o governo, através da concessão de ganhos reais: as leis trabalhistas, estabelecidas pelas CLT, em 1942. Getúlio, durante a Era Vargas, ficou conhecido como Pai dos Pobres.

Resposta: C

3. A imagem deixa claro que a “casa-grande” encontra-se no “centro” da fazenda, assim como o “senhor de engenho” era o “centro” daquela sociedade, destacando, assim, o caráter patriarcalista. Também do “centro” da fazenda, o senhor podia observar e comandar todos os outros segmentos do seu engenho, mantendo tudo sob o seu comando direto.

Resposta: C

4. O texto apresenta uma das características do Ciclo do Ouro no Brasil Colonial: o fluxo migratório para a região das minas e o consequente aumento populacional na região sudeste da Colônia.

Resposta: B

5. A exaltação da Independência está atrelada à formação de um ideal de nacionalidade e patriotismo que precisou ser construído ao longo de todo o período imperial brasileiro, uma vez que nossa Independência não foi fruto de uma mobilização conjunta da população brasileira.

Resposta: A

6. O período regencial ficou marcado pela atuação de três partidos políticos: Liberais Moderados, Liberais Exaltados e Conservador. Os três tinham visões distintas sobre o tipo de poder a ser adotado no país: Monarquia fortemente centralizada nas mãos de d. Pedro II, adoção do federalismo ou até mesmo da República, ou a volta de d. Pedro I ao poder. Por essas divergências, a Regência foi bastante tumultuada no âmbito político.

Resposta: E

7. Fundado em 1838, o IHGB foi concebido para construir e narrar a história da nação brasileira, que havia se tornado independente em 1822. D. Pedro II foi um grande incentivador de tal projeto, contribuindo, inclusive, com o financiamento de pesquisas sobre o país.

Resposta: A

8. A legislação deixa claro aos estrangeiros o que poderia e o que não poderia ser feito por eles em termos de legalidade. Por isso, ela tinha função disciplinadora.

Resposta: A

9. JK governou o Brasil entre 1956-1960. O otimista presidente “Bossa Nova” adotou o Plano de Metas, com 31 metas focadas em 5 pontos: energia, indústria, transporte, educação e alimentação. Diferente dos três primeiros pontos, os dois últimos não foram bem sucedidos. O Nacional-Desenvolvimentismo de JK, abriu a economia do Brasil unindo o capital nacional com o capital externo. Dentro da indústria, JK priorizou o setor automobilístico.

Resposta: D

10. No ano de 2011, foi criada a Lei 12.528, estabelecendo a Comissão Nacional da Verdade, foi oficialmente instalada em 2012. Seu objetivo era investigar crimes cometidos pelos agentes do Estado entre 1946 a 1988, principalmente os crimes ocorridos durante o regime militar, 1964-1985. A Lei de Anistia aprovada no ano de 1979 gerou muito debate no contexto da Comissão Nacional da Verdade. O texto 1 entende a Lei de Anistia como concessão que beneficiou os militares enquanto o texto 2 concebe a mesma lei como conquista e que, portanto, não deve alterar a lei de Anistia.

Resposta: E